



REVISTA DO II ENDHAS

Maio de 2026

ECOS DO II ENDHAS

Quando o ONDAS realizou o I Encontro Nacional de Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (I ENDHAS), em dezembro de 2021, buscava-se realizar uma troca horizontal de saberes acadêmico, técnico e popular para concretizar o princípio de “produzir pensamento crítico socialmente referenciado sobre água e saneamento básico”. O evento, coordenado pelos professores Cristina Brandão (UnB) e Rafael Bastos (UFV), foi desenhado no formato de mesas de debate, apresentação de trabalhos técnicos, exposição de relatos de lutas e violações, e condução de oficinas autogestionadas. Todas as atividades tinham a mesma importância, de modo a não hierarquizar os diversos saberes. Em plena pandemia, o evento causou, mesmo sendo de forma remota, o impacto de encontros sinceros e solidários.

Do I ENDHAS nasceu a Campanha Sede Zero, o Dossiê Direitos Humanos à Água e ao Saneamento no Brasil e uma forte articulação entre os movimentos sociais, universidades e sindicatos. No passar destes anos, com cenários complexos de desmonte dos serviços públicos de saneamento no Brasil, o ONDAS foi se consolidando como lugar de crítica e reflexão, e os saberes popular, técnico e acadêmico se entrelaçaram naquilo que mais importa: o saneamento básico como direito humano. Temas de gênero, racismo ambiental, interseccionalidades e a crise do capitalismo avançaram, se colocando como necessários e urgentes no debate sobre a privatização.

Quando recebemos a notícia do financiamento do II ENDHAS, em junho de 2025, graças a uma emenda parlamentar do Deputado Federal Joseildo Ramos, já sabíamos que seria obrigatório organizar o evento em torno dessas dimensões. Em uma preciosa parceria entre Fiocruz/MG, Universidade Federal da Bahia e ONDAS, realizaríamos o encontro presencialmente, na cidade de Salvador/BA. Em quase um ano, a nova comissão organizadora, alinhada com os princípios e diretrizes que nortearam o I ENDHAS, buscou garantir a diversidade e a equidade nos debates, com maior participação e representação de mulheres, pessoas negras e outros grupos minorizados, bem como dar destaque para pautas invisibilizadas em outros espaços.

Foram convidados jovens estudantes da UFBA, associados e associadas do ONDAS, líderes sindicais, movimentos sociais, professores universitários para trabalhar em prol de um evento que fosse tão grandioso quanto o primeiro. Em março de 2026, a realidade se mostrou muito maior do que o sonhado. A alegria de rever ou conhecer pessoalmente companheiras e companheiros que pareciam existir somente nas telas de computador gerou uma força e uma esperança impactantes. A saudade daqueles dias de março, abençoados pela Bahia de Todos os Santos, implora pela terceira edição, e que seja logo. Por enquanto, planejam-se os ecos do ENDHAS, e esta revista é o primeiro deles, para ajudar a colocar as ideias no lugar.

Organização pensada para propiciar o debate

Com uma Comissão geral e quatro subcomissões, o II ENDHAS ficou marcado pela organização, ótimos debates e troca de experiências. A Comissão geral responsável pela organização do encontro foi formada por Renata Rocha (Ondas), Fernanda Deister (UFBA/Ondas), Priscila Conceição (UFTPR/Ondas), Patrícia Finamore (UFRJ/Ondas), Suyá Quintslr (UFRJ/Ondas) e Bernardo Aleixo (Fiocruz Minas/Ondas). A coordenação dos trabalhos técnicos ficou a cargo de Suyá Quintslr, a de mesas redondas, com Renata Rocha, a das Oficinas e Relatos, com Priscila Conceição. A coordenação cultural e de infraestrutura foi feita por Fernanda Deister e as relações internacionais foram cuidadas por Edson Aparecido (Ondas).

Renata Rocha destaca que muitas vezes uma pessoa atuava em mais de um grupo de trabalho. “Na subcomissão de mesas, por exemplo, Thiago Assunção (UFBA), que trabalhou na infraestrutura do evento, desenhou a mesa sobre interseccionalidades com tanto cuidado e determinação que propiciou o espaço de maior emoção do evento, com debate entre quatro pessoas negras, com falas tão impactantes que arrancaram lágrimas de boa parte da plateia”.

Renata Rocha chamou a atenção para o aspecto integrador e multidisciplinar dos debates. “Enquanto Patrícia Borja (UFBA) nos provocava a pensar sobre a crise do capitalismo, que explica os processos violentos de privatização do saneamento que estamos vivendo no Brasil, Thalita Verônica, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, mostrava como esse processo pode impactar o acesso à tarifa social e, conseqüentemente, subjugar os mais pobres e mantê-los apartados dos direitos humanos à água e ao saneamento.

Já os debatedores da mesa de tecnologias sociais e gestão comunitária dos serviços de saneamento discutiram a necessidade de participação do Poder Público, desde que superando o assistencialismo e promovendo desenvolvimento comunitário e, ao mesmo tempo, analisando os riscos da privatização do saneamento sobre essa categoria de serviços”.



“O ENDHAS reforçou e criou conexões entre pessoas que acreditam que água e saneamento são direitos humanos ainda a serem conquistados e que lutam todos os dias para que isso seja assegurado. Foi um evento especial por ter sido construído de forma coletiva, principalmente por mulheres, e com expressiva presença (e participação na organização) de jovens estudantes da UFBA”.

Fernanda Deister
(UFBA/Ondas)

II ENDHAS teve grande apoio institucional

Realização conjunta do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Instituto René Rachou, da Fiocruz Minas, o II Encontro Nacional dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (II ENDHAS) foi financiado por emenda parlamentar do deputado Joseildo Ramos, integrante da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público do Congresso Nacional.

E teve o patrocínio da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa). Também contou

com o apoio imprescindível de várias instituições que atuam no setor: Centro de Estudos em Saneamento Além do Domicílio (Cesad), Associação Baiana de Saneamento, Pró-reitoria de Extensão, Departamento de Engenharia Ambiental da UFBA, Programa Aguapura, da UFBA, Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente, Água e Saneamento (Maasa), PET Engenharia Sanitária e Ambiental, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia (Sindae) e CREA Bahia.

Mais de 350 pessoas participaram do II ENDHAS



Militantes do Coletivo Elas por Elas, RJ

O II ENDHAS reuniu profissionais, estudantes, acadêmicos e movimentos sociais, mobilizados para debater o déficit do saneamento no país e a privatização do setor, que viola os direitos humanos à água e ao saneamento.

O evento aconteceu na Escola Politécnica da UFBA, com quatro mesas de debates, onze oficinas autogestionadas e três sessões de apresentação dos 62 trabalhos técnicos. Ao todo, foram 22 horas de debates e proposições para a construção de uma agenda de mudança de rumo da política brasileira de saneamento básico, que está viabilizando a oligopolização e a financeirização de um serviço essencial.

A participação de diversas organizações e movimentos sociais foi um dos destaques do evento. Marcaram presença representantes do MAB, Comissão de Comunidades Quilombolas do Rio Doce, Instituto Encruzilhada, Coletivo Elas por Elas, Vida Brasil, ASA, Ondas, Instituto Mamirauá, Colaboratório PopRua, MNPR Bahia, Aliança Pela Alimentação Saudável, Coletivo Nacional do Saneamento, AGB, FASE, CONAM, NACAB, RedVida, Plataforma de Acordos Comunitários das Américas e diversos sindicatos.



“Foi muito especial conhecer pessoas de diferentes países, trocar experiências e compreender as especificidades do saneamento em outras realidades. Esses diálogos ampliam nossa visão e fortalecem a busca por soluções mais justas e eficientes”.

Poliana Machado

Central de Associações Comunitárias Caetité Bahia

Enfrentar a privatização é a principal batalha

A realidade do racismo estrutural que marginaliza determinadas faixas da população, em especial as comunidades quilombolas, indígenas e periféricas e a população de rua, todas elas marcadas pela presença majoritária de homens e mulheres negras, marcou profundamente a pauta do II ENDHAS. Ficou claro que essa marginalização é ainda maior no cenário de privatização dos serviços de saneamento, uma vez que as empresas privadas, focadas no lucro, não têm interesse em atender a esse público.

Enfrentar a privatização, portanto, é a batalha principal da luta pelo direito humano à água e ao saneamento. As discussões e reflexões, enriquecidas por relatos da realidade de comunidades periféricas, pela experiência de movimentos sociais e por dados e estudos acadêmicos, apontaram caminhos possíveis para reverter as desigualdades raciais no saneamento, que atingem de forma ainda mais grave as mulheres negras.

Patrícia e Moraes: exemplos de compromisso

Foi marcante a comoção dos participantes do II ENDHAS quando a coordenadora geral do Ondas, Renata Rocha, anunciou a homenagem a dois dos seus sócios fundadores, ambos professores da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Os companheiros são militantes combativos dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, com longa trajetória de contribuição sistemática às lutas do povo baiano e brasileiro pela universalização do saneamento de qualidade.

Patrícia Borja, engenheira sanitária, é mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, onde é professora e pesquisadora do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental. Patrícia se dedica aos temas saneamento, gênero e raça; política, gestão e planejamento em saneamento básico; tecnologias sociais no semiárido baiano; saneamento em periferias urbanas; tecnologias apropriadas para o esgotamento sanitário e a relação saúde-saneamento.

Luiz Roberto Moraes recebeu em 2022 o título



Renata Rocha, Patrícia Borja e Luiz Moraes

de Professor Emérito da UFBA, depois de uma carreira de mais de quarenta anos como professor do Departamento de Engenharia Ambiental da UFBA. Moraes é mestre pela Universidade de Delft, na Holanda e doutor em Saúde Ambiental pela Universidade de Londres, tendo realizado vários pós-doutorais em Portugal e na Espanha. Tem trabalhado principalmente nos campos do saneamento ambiental, saúde ambiental e política, gestão e planejamento de saneamento básico. É também um dos fundadores do Grupo Ambientalista da Bahia-GAMBÁ em 1982.

Tradições de Salvador na programação cultural



“O ENDHAS foi um espaço para debates muito invisibilizados no campo do saneamento, sobretudo na engenharia. Não podemos perder de vista que o foco principal é atender bem a todas as pessoas, sem distinções”

Patrícia Finamore

UFRJ/Ondas



O ENDHAS contou com uma surpreendente programação cultural, com a apresentação do grupo de percussão Oficina dos Sons, formado por mulheres, que mostraram seu repertório ligado às tradições da batucada de Salvador nos intervalos entre as mesas.

No último dia do evento, o poeta Atanael Barros fez uma apresentação de poesia afrocentrada, dialogando com os temas debatidos, especialmente o acesso à água e a denúncia das desigualdades.

É melhor não privatizar

As onze oficinas realizadas nos três dias do II ENDHAS debateram a realidade do saneamento no país por diferentes abordagens. Foram muitas as denúncias de distorções, manipulações e ações contrárias ao interesse público. A questão central está na mercantilização da água, que transforma um direito humano em produto e compromete o princípio da universalização, afetando de forma mais intensa as populações mais invisibilizadas, por se tratar de um modelo marcado pelo racismo estrutural. Além disso, a criação de oligopólios no setor pelas empresas associadas a fundos financeiros internacionais inviabiliza o uso de tecnologias sociais e arranjos institucionais.

Os processos de privatização estão gerando elevação nas tarifas, redução da qualidade da prestação dos serviços, corrupção, subinvestimentos e retrocessos nos direitos humanos. A conclusão natural dos debates foi a de que é melhor não privatizar, pois o custo da reestatização também é elevado.



Debates intensos nas 11 oficinas

As 11 oficinas abordaram uma ampla variedade de temas.

Oficina 1 – Racismo Ambiental e Direito à Água: Como as privatizações e a mercantilização do serviço aumentam a exclusão.

Oficina 2 – Interseccionalidades do acesso: impactos e desafios diante da privatização – quem fica de fora?

Oficina 3 – Privatização dos serviços na periferia metropolitana do Rio de Janeiro: reprodução de desigualdades e tecnologias sociais como forma de resistência.

Oficina 4 – Avançar no enfrentamento do oligopólio privado do saneamento no Brasil.

Oficina 5 – O aumento das privatizações e o impacto na garantia do Saneamento em territórios tradicionais: autonomia e dignidade.

Oficina 6 – Privatização, financeirização e oligopolização do saneamento no Brasil.

Oficina 7 – Mudanças Climáticas, Saúde e Segurança Hídrica: Conexões Vitais.

Oficina 8 – Água e Saneamento nos Espaços Públicos em tempos de privatização.

Oficina 9 – Água em Nossas Mãos: Experiências de Gestão Comunitária no Brasil e América Latina.

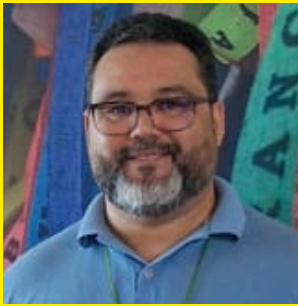
Oficina 10 – A dificuldade do avanço no Saneamento Rural e a implantação de Tecnologias Sociais e Justiça Hídrica em cenário de privatizações.

Oficina 11 – A Tarifa Social de Água e Esgoto (TSAE) como Instrumento de Justiça Social e Climática.



O ENDHAS II foi uma verdadeira virada de chave ao me permitir ouvir quem constrói essa luta há anos e quem segue atuando hoje, consolidando em mim o compromisso de, como futuro engenheiro, contribuir para que os direitos humanos à água e ao saneamento sejam efetivos para toda a população.

Eliseu Marques
estudante da UFBA



“O ENDHAS foi um evento maravilhoso para conhecermos como os companheiros de outros países da América Latina fazem o enfrentamento na luta pela sustentabilidade da água e contra a privatização”.

William Dantas

Secretário geral do
Sindágua PB e diretor
da FNU.



A privatização é um mecanismo de aprofundamento das desigualdades

Os impactos da privatização não são distribuídos de forma homogênea, recaindo de forma mais intensa sobre populações historicamente vulneráveis, especialmente as comunidades negras, quilombolas, indígenas e periféricas. São elas que ficam de fora de planos de prestação de serviços privados, que tendem a abandonar áreas “não rentáveis”, reforçando processos de exclusão estrutural.

As oficinas do II ENDHAS avaliaram que o acesso à água e ao saneamento é profundamente desigual, caracterizado por múltiplos marcadores sociais, como raça, gênero, classe, território, deficiência e identidade de gênero, que operam de forma interseccional na produção de vulnerabilidades.

Foi fortemente denunciada a restrição crônica de acesso dessas populações a instalações públicas adequadas de água, como bebedouros e banheiros, que afeta principalmente as mulheres e mães solo, especialmente as mulheres trans e as negras, que sofrem com a falta de água, de higiene e de infraestrutura.

Também foi destacada a falta de acesso dessas populações a infraestruturas de conforto térmico, como áreas verdes, árvores, locais de descanso e névoa refrescante, confirmando que a crise da mudança climática atinge principalmente as populações em precárias condições sociais, o que exige a denúncia da destruição ambiental e o fortalecimento da luta pela preservação das reservas florestais remanescentes.

O que fazer?

A participação popular nas decisões relativas ao saneamento é essencial. Para isso, é preciso preparar lideranças, disseminar informação e formação e construir e implementar um programa nacional de educação ambiental, inclusive com a inclusão do tema nas escolas públicas.

No caso dos povos tradicionais e grupos racializados, é preciso desenvolver programas específicos que respeitem suas particularidades culturais e territoriais.

Na luta pela garantia do direito humano à água e ao saneamento, assegurar um volume mínimo de água para todas as pessoas, principalmente em contextos de escassez e de intermitência prolongada ou de baixa qualidade da água, são ações fundamentais. Esses desafios passam pelo fortalecimento das tecnologias sociais, como cisternas de captação de água de chuva, pela construção de um cadastro de tecnologias sociais e pela integração de conhecimentos e experiências dos diversos estados brasileiros e de outros países da América Latina.

Quanto à criação de agendas positivas, é necessária a atuação direta nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional com projetos e demandas participativas.

Também foi citada a necessidade de intensificar a articulação entre Ministério Público, Defensorias, movimentos sociais e outros.

Finalmente, em termos políticos, foi sugerida a inclusão do saneamento nos planos de governo dos candidatos, além de reeleger Lula e renovar o Congresso Nacional.



Tarifa social

As oficinas defenderam a construção de caminhos para viabilizar a implementação da tarifa social de forma ampla (Lei 14.898/2024), como um passo para avançar para a Tarifa Zero para as famílias em vulnerabilidade social. Outros desafios são acabar com a falta de articulação interfederativa dos órgãos responsáveis pelo saneamento e inserir o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) na agenda política e no orçamento do Governo.

Também foi defendido o fortalecimento do trabalho de pesquisa e extensão universitária sobre saneamento.

Outra ação necessária apontada nas oficinas do II ENDHAS é a ocupação de espaços sociais, como conselhos municipais, conferências e audiências públicas.



“O encontro me atravessou muito. Me senti verdadeiramente contemplada na Mesa Interseccionalidades, composta por pessoas pretas, com autoridade de fala e de atuação, expondo as dores e a raiva pelas violações de direitos e pelas ausências de políticas públicas”.

Jéssica Ayra

Funasa MG

Mesas debatem obstáculos e caminhos para garantir água e saneamento

As quatro mesas redondas do II ENDHAS promoveram debates centrais para compreender os entraves à efetivação dos direitos humanos à água e ao saneamento. A mesa de abertura discutiu a natureza do Estado e das políticas públicas no capitalismo contemporâneo, bem como os caminhos possíveis para sua transformação. Já a mesa 2, dedicada às interseccionalidades, aprofundou a discussão sobre o racismo estrutural a partir das experiências e leituras de quatro debatedores negros. Para o mediador Thiago Assunção, as reflexões, denúncias e proposições foram construídas “com muito cuidado, pois falamos de uma verdade que acontece dentro dos territórios negros”.

Na mesa 3, dedicada às tecnologias sociais e à gestão comunitária dos serviços, ficou patente a urgência de “aprimorar e avançar em políticas públicas que fomentem e apoiem a ampliação de soluções com tecnologias sociais e também de apoiar instrumentos de gestão comunitária desses serviços”, na avaliação do mediador, Bernardo Aleixo da Fiocruz Minas. Por fim, a mesa de encerramento concentrou-se na discussão da privatização dos serviços de saneamento, evidenciando a incompatibilidade entre os direitos humanos à água e ao saneamento e a lógica de lucro da iniciativa privada.

O que é público deve permanecer público

A Mesa 1 debateu o déficit persistente do saneamento básico e os caminhos de superação. Ficou claro que a privatização se articula à ordem capitalista neoliberal e reduz investimentos públicos.

Foram feitas muitas críticas às agências reguladoras por não assegurarem a implementação da tarifa social, e ao oligopólio da Aegea, ao lado de denúncias de corrupção na obtenção de contratos.

O trabalho do Coletivo Elas por Elas, que distribuiu kits de higiene pessoal para as trabalhadoras de rua no Rio de Janeiro, foi muito elogiado. A mesa defendeu a ampliação do debate sobre um mínimo vital de água potável por pessoa, juntamente com a revogação da Lei 14.026/2020 e a construção de um novo marco legal.

Outras propostas foram a retomada de metas e investimentos; a vinculação da tarifa social à justiça social e climática; a articulação de moradia popular com saneamento; a busca de tecnologias adequadas aos territórios; a criação de programas para saneamento além do domicílio e a inclusão do volume mínimo gratuito na estrutura tarifária e a defesa de que “o que é público permaneça público”.



“O II ENDHAS foi um espaço de construção coletiva de caminhos para garantir o direito humano à água e ao saneamento. O encontro evidenciou que o acesso à água e ao saneamento segue marcado por desigualdades estruturais, racismo ambiental e barreiras institucionais”.

Thalita Verônica Gonçalves

Defensora pública de SP

A urgência de uma ética antirracista

Quatro pessoas negras – dois docentes e duas lideranças comunitárias – debateram racismo estrutural na mesa Interseccionalidades, mediada por Thiago Assunção. Participaram a professora Elizabeth Pinto (Serviço Social/ UFBA), o professor Víctor de Jesus, (Ciências Sociais UFES), Ana Caminha, liderança da Gamboa de Baixo, Salvador, e a vereadora Eliete Paraguaçu, liderança quilombola da Ilha da Maré, também em Salvador. O debate combinou reflexão, denúncia e proposição.

Ana Caminha relatou a precariedade habitacional, a falta ou insuficiência de saneamento e a con-



sequente perda de dignidade em uma realidade de violência que atinge principalmente os negros em Gamboa de Baixo. Eliete denunciou a contaminação das águas pelas indústrias, além de dificuldade de acesso à água de qualidade e ausência de rede de esgoto na Ilha da Maré.

Elizabeth falou como as mulheres sofrem maior exposição a violências em áreas sem saneamento. E Víctor fez uma abordagem histórica, ligando a falta de saneamento à permanência de estruturas coloniais

e à concentração branca na gestão das empresas e no Poder Público. A urgência de construir uma ética antirracista nas políticas públicas e nas empresas, garantindo acesso igualitário e justiça social, foi uma das propostas da mesa que impactou muito o público por escancarar o que acontece nas violações constantes ao direito à água e ao saneamento.

“Foi uma mesa onde havia conexão entre as pessoas, havia uma coletividade e um cuidado naquilo que estávamos expondo, pois estamos falando de uma verdade que acontece dentro dos territórios negros”, definiu Thiago.



“Foi uma mesa com uma fala muito afetuosa, com muitos afetos, com muita indignação, com muito choro, com muita emoção porque a gente está falando de vidas que são perdidas por doenças que são evitáveis, por doenças que são negligenciadas”.

Victor de Jesus

Professor da UFES

Incentivar o protagonismo das comunidades é urgente

A Mesa 3 debateu tecnologias sociais e a gestão comunitária dos serviços, fazendo denúncias e apontando alternativas e iniciativas. Uma das denúncias foi a falta de envolvimento do Estado nas lutas pela água. É o caso da Central Caetitê, que atua na Bahia sem contar com apoio do governo estadual. Os debatedores ressaltaram a importância do protagonismo das comunidades e do aprimoramento da gestão de usos múltiplos da água. A organização comunitária com enfoque técnico e social, a superação do assistencialismo e o fortalecimento da institucionalidade em oposição à autogestão são essenciais.

Os debatedores defenderam a utilização de campanhas de uso racional da água, a agroecologia, o protagonismo local e a valorização do território como formas de fortalecer a gestão comunitária. Outras propostas foram a realização da gestão do esgoto focada no reuso de água e a integração da captação de água de chuva a outros usos.

“El agua non se vende! Se ama y se defende!”

Na mesa 4, Maria Selva Ortiz, da Redes Amigos de la Tierra, abordou a “Reforma da Água” no Uruguai, que estabeleceu no início dos anos 2000 a exclusividade pública no fornecimento de água. Essa vitória foi, segundo ela, resultado da mobilização popular, que levantou a bandeira “El agua non se vende! Se ama y se defende!”. Mesmo assim, há desafios, principalmente o de garantir os processos participativos. Maria Selva denunciou ainda que multinacionais querem investir em saneamento rural apenas a partir de grandes obras de infraestrutura, sem considerar as realidades locais.

Suyá Quinstl, da UFRJ, abordou as formas de racismo ambiental, lembrando que o déficit de atendimento também está nas famílias que não podem pagar pela água. “É um setor que está mais preocupado com a saúde da empresa do que com a saúde dos cidadãos”. Suyá criticou a ideia da autossustentabilidade tarifária dos SAA e afirmou ser uma contradição existir isenção de tarifa para vários serviços públicos essenciais, como luz e gás e não existir para a água. “O não fornecimento de água empurra as pessoas para a morte ou para a ilegalidade”.

Para Fábio Giora, do Sindaema/ES, a privatização resulta em demissões, violações de direitos trabalhistas e terceirização. Ele ressalta que a Lei 14.026/2020, aprovada no governo Bolsonaro, teve como função não a universalização, mas a privatização.



“Saímos com a certeza de que não estamos sozinhos”

Marcos Montenegro, do Ondas, destacou que estamos vivendo tempos muito estranhos, de ascensão do fascismo. Ele criticou a qualidade dos contratos de privatização, a financeirização e oligopolização do saneamento e a captura do Estado pelo setor corporativo, resultando na exclusão dos mais necessitados dos projetos de saneamento. E afirmou que há corrupção nos contratos de privatização, com o apoio de políticos.

Propostas

A luta contra a privatização dos serviços de saneamento demanda trabalho de base, organização social, solidariedade entre os movimentos e fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores.

Uma das principais conclusões do encontro, foi a necessidade de levar esse debate para as comunidades e, nesse contexto, a isenção da tarifa de água foi apontada como uma bandeira poderosa.

Uma ação imediata é mobilizar a sociedade para pressionar o Congresso Nacional para aprovar o projeto de lei que estabelece a água como direito humano no Brasil.

A conclusão final: “saímos desse evento com a certeza de que nós não estamos sozinhos”.



“No II ENDHAS sentimos o racismo ambiental, denunciemos as injustiças do sistema, mas há resistência, alianças e mobilização para encontrar alternativas e construir outro modelo em que as populações estejam no centro e não as corporações e seu lucro insaciável”.

Maria Selva Ortiz

REDES – Amigos de la Tierra de Uruguay

Relatos de violação escancaram desigualdades sociais

Os relatos de violação do direito humano à água e ao saneamento foram dos momentos mais emocionantes do II ENDHAS. Foi impactante ouvir diretamente dos protagonistas as histórias da luta por dignidade nas periferias das cidades, que convivem com uma realidade inaceitável. Os relatos revelaram casos absurdos, como a prática conhecida como pau da gata, que é a defecação a céu aberto, tão comum na Amazônia. E tantos casos de racismo estrutural, que humilham a população de rua e das comunidades indígenas e quilombolas.

E revelaram a realidade do Chile, de El Salvador e Equador, países onde a luta



contra os interesses capitalistas e neoliberais na defesa do direito à água revelam a força do protagonismo popular. Os casos concretos relatados provocam a reflexão, a troca de experiências e a vontade de agir, porque a luta é a mesma em todos os lugares onde são violados os direitos humanos à água e ao saneamento.

Em Petorca, um abacateiro recebe mais água do que uma pessoa

Magdalena Morgan, geógrafa e gestora comunitária de água em Petorca, Chile, denuncia a violação do direito à água na região, causada pelo modelo neoliberal implantado na ditadura de Pinochet (1973-1990), que foi mantido após a democratização. A Constituição de 1980, ainda vigente, e o Código de Águas de 1981 seguem a lógica de mercado e permitiram a compra, venda e concentração da água.

O modelo agroexportador, especialmente de frutas, concentrou os direitos de uso da água, sufocando a agricultura familiar. Na decretação de escassez hídrica da bacia do Rio Petorca, em 2008, empresários agrícolas se apropriaram de direitos e infraestrutura. Enquanto um abacateiro consumia 200 litros por dia, pessoas sem fontes naturais chegaram a receber 50 litros diários. Petorca tornou-se símbolo nacional do desabastecimento e da violação do direito de acesso à água.

Em 2012, foi decretada zona de catástrofe, e outra vez os recursos foram sobretudo para o setor agrícola. “A escassez não é resultado apenas de fatores naturais, mas também de um Estado que não possui instrumentos de gestão de bacias e de planejamento territorial e que atua subordinado às leis de mercado”, define Magdalena.



“O reconhecimento internacional de direitos essenciais como a água e o saneamento nos ajudam a lembrar que nossos direitos não são negociáveis, que merecemos construir vidas dignas e que devemos resistir e proteger nossas formas de vida”.

Magdalena Morgan

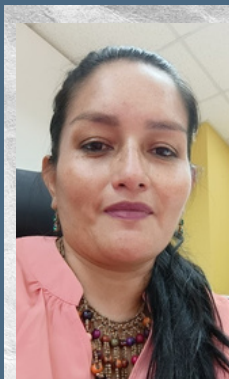
gestora comunitária de água em Petorca, Chile

Água tem gestão comunitária no Equador

A Constituição do Equador estabelece que a gestão da água deve ser pública ou comunitária. Mas há desafios e incertezas, já que a Lei dos Recursos Hídricos foi declarada inconstitucional. Nas províncias de Sucumbíos e Orellana, na Amazônia, os conselhos de água fortalecem a gestão comunitária e nas áreas rurais, os conselhos de água suprem a falta de cobertura dos governos autônomos descentralizados, gerenciando diretamente a construção de seus sistemas. E são os próprios conselhos de água que assumem a liderança na administração, operação e manutenção do serviço, por meio de uma gestão comunitária, participativa e inclusiva que busca garantir o direito humano que é essencial para uma vida digna.

Outra característica dos Conselhos na Amazônia do Norte é a participação igualitária de mulheres e homens na tomada de decisão, reconhecendo o papel histórico das mulheres na gestão, cuidado e distribuição da água em suas comunidades.

Os expositores foram Rosa Vera, presidente do Conselho de Águas de Llorimagua, Sucumbíos, Stalin Troya, presidente do Conselho de Águas de Las Palmeras, Orellana, e Miriam Vásquez, técnica da Engenharia Sem Fronteiras no Equador.



Miriam Vasquez

Engenharia
Sem Fronteiras,
Equador

“Falar sobre a violação dos direitos humanos permite tornar visíveis as injustiças com as quais muitas pessoas vivem em silêncio. A expressão e denúncia desses fatos geram conscientização, fortalecem a justiça e motivam a sociedade a buscar mudanças”.

Repressão política e perseguição em El Salvador

O relato de Kelis Rodriguez, da RedVida de El Salvador, sobre a grave situação política no país, foi impactante. O violento regime de exceção de Nayib Bukele persegue os protestos sociais e criminaliza a juventude. Já foram registradas mais de 500 mortes nas prisões salvadorenhas e há mais de 90 mil pessoas detidas sem julgamento. A resposta às acusações de crimes contra a humanidade tem sido mais repressão por parte do governo.



Kelis Rodriguez

Nesse contexto, a luta pelo direito à água e ao saneamento também entra na mira da repressão. A Lei da Água prioriza o setor privado nas autorizações de uso e aproveitamento da água; há um claro assédio às mais de 25 mil juntas de água que existem em El Salvador. Com isso, apenas cerca de 650 delas conseguiram se registrar, enquanto no setor privado foram registradas 18 mil empresas.

E a lei de Recursos Hídricos avalia as juntas de água rurais com os mesmos critérios de uma empresa privada.

O retrocesso também é enorme no setor de mineração. A proibição da mineração prevista em lei de 2017 foi revogada em 2021. Como El Salvador tem uma densidade de 308 habitantes por quilômetro quadrado, a mineração significa morte no país. A repressão aos ambientalistas é pesada, com perseguições e encarceramentos. Vários militantes tiveram que se exilar em outros países para evitar a prisão.



O II ENDHAS confirmou que valorizar a coletividade e as diversas representatividades (raça, gênero, idade e cultura) é o único caminho para agregar outros saberes. Além disso, reafirmou que a sensibilidade e a afetividade são verdadeiros instrumentos de luta e de transformação social profunda.”

Washington Lima

UFMG/Ondas



Foto - Agência Brasil

A realidade do pau da gata nas comunidades ribeirinhas do Amazonas

João Paulo Borges Pedro, pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, relatou as gritantes violações dos direitos à água e ao saneamento na cidade de Tefé e na região do Médio Rio Solimões, no Amazonas.

Em Tefé, com 74 mil habitantes, o serviço de abastecimento de água, prestado pelo historicamente sucateado e deficitário SAAE, é precário e intermitente.

A água provém de cerca de 20 poços que fazem o bombeamento da água do subsolo para uma grande caixa d'água e é distribuída diretamente para a população por gravidade, sem nenhum tratamento. A água chega suja e com evidente contaminação.

No Porto da cidade, não há banheiro para ninguém. Diariamente atracam grandes embarcações, os recreios, de 30 a 50 toneladas, vindos de Manaus, trazendo mercadoria e pessoas. Os carregadores informais das mercadorias não têm onde fazer suas necessidades e se viram como podem. Não há nem mesmo água para beber.

Nas comunidades ribeirinhas, não há rede

de abastecimento de água. As mulheres carregam água na cabeça e lavam roupa na beira do rio, onde também toma banho grande parte dos moradores.

As condições de esgotamento são piores. Na falta de fossas sépticas, é comum a prática do pau da gata, que é a defecação a céu aberto, em que a pessoa fica acocorada em cima de um tronco de árvore caída para fazer suas necessidades. São muitos os relatos de ataques de onças, cobras, abelhas e aranhas, e até jacarés, na época das cheias, além de constrangimentos para as mulheres pela falta de privacidade.

Quando há fossas, são rudimentares, um simples buraco escavado no chão, geralmente cercado por uma casinha de madeira precária e improvisada. Em ambos os casos, existe a contaminação direta do solo e alta exposição às doenças.

A água de beber é tratada em casa de forma rudimentar. Ou toma-se água da chuva, quando as famílias têm recipientes para armazenar, ou as famílias retiram a água do rio, colocam para “assentar” (sedimentação), coam o sobrenadante e essa é a água de beber.

Trabalhos técnicos vão compor os anais

Uma das modalidades de participação no II ENDHAS foi por meio da apresentação de trabalhos técnicos, que compreendeu tanto trabalhos de pesquisa quanto de extensão universitária. Dos 62 manuscritos submetidos, foram aprovados 55 para apresentação no evento. As temáticas foram bastante variadas, ainda que sempre relacionadas aos direitos humanos à água e ao saneamento. Desigualdades no acesso à água, mudanças climáticas e segurança hídrica foram temas bastante explorados, assim como as questões da interseccionalidade, da privatização e do saneamento rural.

Outros assuntos relevantes foram o saneamento em favelas, em territórios indígenas, quilombolas e em comunidades tradicionais, o saneamento além do domicílio, a gestão comunitária da água no Brasil e América Latina e o racismo ambiental. A apresentação dos 55 trabalhos foi dividida em 9 sessões ao longo do encontro e todos eles irão compor os Anais do II ENDHAS, que serão lançados em breve e estarão disponíveis no site do Ondas.

A comissão responsável por organizar o processo de submissão, avaliação e apresentação foi formada pelos pesquisadores/as e professores/as Suyá



Quintslr, Rejane Santana, Cristina Brandão, Luiz Alberto Rocha, Luiz Roberto Moraes, Merci Fardin, Juliano Ximenes e Rafael Bastos. A comissão destacou a qualidade e diversidade dos trabalhos, apresentados por autores de todas as regiões do país e também de universidades do exterior, muitas vezes integrando de forma orgânica pesquisa e extensão universitárias.

O grande interesse pela inscrição de trabalhos técnicos demonstra uma ampliação do campo dos estudos dos DHAES no país e o reconhecimento do Ondas como instituição que agrega estes pesquisadores, trabalhadores do saneamento e extensionistas.

Fruto de elaboração coletiva, os 55 trabalhos somados foram assinados por nada menos que 626 autores, com destaque para o número de textos provenientes da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

“A beleza do II ENDHAS começou na construção coletiva, pela escuta de quem sofre violações e de quem luta pelo direito à água e ao esgotamento sanitário. Ver a Escola Politécnica da UFBA, espaço historicamente masculino, branco e geracional, ocupada por tanta diversidade, renovou minha certeza de seguir lutando”.

Priscila Conceição

UFSCAR/Ondas



Nuvem de palavras dos trabalhos técnicos

O II ENDHAS terminou no Grito da Água

O Grito da Água, evento idealizado há 26 anos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia, SINDAE e apoiado por diversas entidades, foi o destino natural dos participantes do II ENDHAS. Sempre acontecendo no dia 22 de março, dia Mundial da Água, a manifestação reúne a

sociedade civil organizada com faixas, bandeiras, cartazes e palavras de ordem, no trajeto que vai de Campo Grande até a icônica Praça Castro Alves, em Salvador. “Um espaço de luta, resistência e articulação contra a privatização da água e na defesa do meio ambiente e da classe trabalhadora”, segundo Edmilson Barbosa, membro do Ondas e um dos organizadores.

Edmilson ressaltou o papel do grito da Água na mobilização popular contra a tentativa de privatização da Embasa e disse ser preciso também mobilizar as pessoas contra as transformações climáticas. “Precisamos pensar na forma como as cidades são projetadas para as pessoas e como iremos enfrentar as mudanças no clima”.



Primeiro ENDHAS pautou nova visão



O I ENDHAS aconteceu de 9 a 11 de dezembro de 2021, no formato remoto, em plena pandemia da Covid-19. E deixou contribuições importantes para o debate sobre o direito à água e ao saneamento

básico. Foram apresentados trabalhos de pesquisa sobre acessibilidade econômica e tarifa social; crítica aos processos de privatização; saneamento em assentamentos precários; saneamento rural e em comunidades tradicionais e indígenas. No evento foi lançado o e-book Olhares sobre a realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento, produzido pelo Ondas, de autoria de Léo Heller, Marcos Montenegro e Ricardo Moretti, disponível em <https://ondasbras.org/wp-content/uploads/2021/12/Olhares-sobre-a-relacao-dos-DH-e-book.pdf>.

E ali nasceu a Campanha Sede Zero, que propõe nove medidas para garantir o acesso pleno à água e ao esgotamento sanitário a todas as pessoas. Entre elas, assegurar o volume mínimo de água necessário à preservação das condições de saúde e higiene das famílias e implementar tarifa social de água e esgoto. A Campanha Sede Zero também propõe incorporar o direito humano à água e ao saneamento como diretriz da Lei 11445/2007.

Para Rafael Bastos, professor titular da UFV, que coordenou o evento junto com a professora Cristina Brandão, da UnB, “o I ENDHAS foi a concretização da própria gênese do Ondas, que é o encontro de pautas, agendas, movimentos e lideranças populares. Ele plantou o embrião e a sequência se concretizou no segundo ENDHAS. Que tenha vida longa”.



“Considerando o intenso processo de privatização dos serviços de saneamento que estamos enfrentando no Brasil, o ENDHAS reforça nosso lema de que água é direito e não mercadoria.”

Edson Aparecido

Secretário Executivo
do Ondas

II Endhas apresenta recomendações

A universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não é apenas uma questão técnica ou de infraestrutura, mas um projeto político, territorial e coletivo, que exige o reconhecimento da água como bem comum e o protagonismo das comunidades na construção de soluções sustentáveis.

A partir desse entendimento, o II ENDHAS apresenta uma série de recomendações para garantir a real universalização desses serviços. Entre elas está a revogação da Lei 14026/2020 e a elaboração de um novo marco legal que valorize a prestação pública dos serviços e incorpore noções de mudanças climáticas. O II ENDHAS também propõe a revisão da atuação do BNDES, que tem estruturado projetos de concessão dos serviços de saneamento que beneficiam o setor privado, em detrimento dos interesses reais da população. Para combater o racismo ambiental, é necessário efetivar a aplicação da Tarifa Social de Água e Esgoto (TSAE) nos municípios, fazendo valer a Lei da Tarifa Social (Lei 14.898/2024), e instituir o Mínimo Vital de Água Potável em todo o país, a exemplo do que já ocorre em alguns países e também no Pará e Maranhão. E fazer cumprir a decisão do STF que exige a construção e manutenção de instalações públicas (banheiros, bebedouros e lavanderias sociais) para a população

em situação de rua. Diante da crise climática, é essencial ampliar a preservação das florestas e matas remanescentes e investir em infraestrutura de conforto tér-

mico, como áreas verdes, árvores, locais de descanso e névoa refrescante. O II ENDHAS defende a articulação interferativa dos órgãos responsáveis pelo setor de saneamento e a integração das políticas públicas de saneamento, saúde, habitação e assistência social, superando abordagens fragmentadas. E recomenda alterar a regulação de serviços públicos, para deixar de ser apenas econômica e incluir direitos humanos e técnica, com a participação da sociedade civil. Para evitar a exclusão estrutural das populações negras, quilombolas, indígenas e periféricas, é essencial inserir o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) na agenda política e no orçamento público e incluir todas as tecnologias sociais existentes. E garantir a participação social na elaboração dos planos municipais. Finalmente, além da implementação de um programa nacional de educação ambiental, o II ENDHAS propõe o apoio à divulgação e a promoção



do Projeto de Lei proposto pelo Ondas, que atualiza as diretrizes nacionais para o saneamento básico para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos e para adequá-las às exigências de adaptação e mitigação da mudança climática, e que corrige várias das graves distorções introduzidas pela lei 14.026 que favorecem a iniciativa privada e prejudicam os prestadores públicos dos serviços.



“O encontro ajudou a aproximar novos parceiros do ONDAS, incluindo movimentos sociais, pessoas de outros países da América Latina e um grande número de jovens. Nosso desafio agora é manter as pessoas mobilizadas, a partir da incorporação de pautas que ganharam centralidade no encontro, como o racismo ambiental e a luta pelo mínimo vital de água potável”.

Suyá QuintsIr

(UFRJ/Ondas)